

**CURSO “DISCUSSÕES DECOLONIAIS E BASES TEÓRICAS LATINO-
AMEAFRICANAS ÀS PESQUISAS CIENTÍFICAS NA GRADUAÇÃO”: UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Ana Alice de Sousa Queiroz¹; Heloisa Helena Sarmiento de Andrade¹;

Joaklebio Alves da Silva²; Miguel Melo Ifadireó²

¹Discentes de Graduação do Curso Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores, *Campus* Cajazeiras-PB. E-mail: anaalicequeiroz14@gmail.com e heloisarte2@gmail.com

²Docentes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores, *Campus* Cajazeiras-PB. E-mail: joaklebio.alves@professor.ufcg.edu.br; miguel.angelo@professor.ufcg.edu.br

Introdução

Este estudo refere-se a um relato de experiência vivenciado pelas monitoras (autoras do trabalho) na execução do projeto/curso de extensão universitária intitulado “Discussões Decoloniais e Bases Teóricas Latino-AmeAfricanas às Pesquisas Científicas na Graduação”, desenvolvido pela Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras - PB, através da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores, sob a propositura e coordenação dos professores-orientadores, coautores deste trabalho, vinculados ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, Indígena e de Gênero (NEABIG) da sede em questão.

O projeto teve como objetivo ofertar um aporte teórico-metodológico à formação científica de graduandos sobre a perspectiva decolonial nas áreas temáticas dos Direitos Humanos e Justiça, Educação e Cultura, enquanto espaço de reflexão pessoal e profissional sobre os modos de ser e estar no mundo, em bases teóricas Latino-AmeAfricanas. Nesse sentido, caracteriza-se por fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois garante um diálogo aberto entre professores/colaboradores/palestrantes e universitários do campo Jurídico, das Licenciaturas e das Ciências Sociais.

O curso foi organizado em nove encontros, executados entre o mês abril e dezembro do ano de 2025, ao terceiro sábado de cada mês, via plataforma virtual *Google Meet*. As aulas foram planejadas por eixos temáticos com a participação de dois colaboradores/professores universitários por vez, com um cronograma para apresentação teórica oral e discussão direta com os inscritos/graduandos. O processo obteve saldo positivo, onde promoveu a partilha de vivências, indicações de literaturas decoloniais, debates e problematizações de temas e

situações cotidianas, colocando como objeto de estudo a constituição social, e multidirecional, do discente, estimulando o desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional.

Em consonância, este relato propõe-se a analisar de modo qualitativo os temas debatidos nos encontros do projeto/curso “Discussões Decoloniais e Bases Teóricas Latino-AmeAfricanas às Pesquisas Científicas na Graduação”, com subtópicos que versam sobre as áreas temáticas da Filosofia, na perspectiva decolonial, Direitos Humanos e Justiça, a partir de narrativas contra-hegemônicas, e a Educação Decolonial nos currículos e na didática a luz das bases Latino-AmeAfricanas.

“Apenas” um sujeito latino-americano... ou... narrativas filosóficas-epistemológicas decoloniais sobre (re)existir

O primeiro encontro teve como proposta de discussão: *Filosofia no Pensamento Social Latino-americano*, conduzida por dois ministrantes. Durante a sessão, abordaram a interlocução dialógica entre a Filosofia da Igualdade de Joseph-Anténor Firmin e a Filosofia Indígena Americana de Rodolfo Kusch, na busca de uma construção crítica e plural acerca da compreensão por uma filosofia AmeAfricana latino-americana em um viés colonial.

Firmin, por meio de sua *Filosofia da Igualdade*, exemplifica a resistência que se dá dentro do próprio paradigma moderno e ocidental, ao usar os critérios científicos da época para contestar o racismo e afirmar a igualdade universal dos povos. Essa perspectiva dialoga diretamente com a tradição iluminista, mas a partir de uma voz latino-africana que corrrompe os pressupostos racistas historicamente naturalizados.

Kusch propõe um deslocamento epistemológico mais radical ao questionar o eurocentrismo da filosofia tradicional e ao valorizar as cosmovisões indígenas americanas como fundamentos filosóficos legítimos e autônomos. Sua filosofia enfatiza a experiência situada, a territorialidade, deslocando o centro do pensamento para uma pluralidade epistemológica que rompe com a hegemonia ocidental.

Sob essa ótica, ambos pensadores apresentam uma crítica à colonialidade e ao eurocentrismo, o que confronta a hegemonia do pensamento europeu como único paradigma válido, além de valorizar os saberes subalternos que afirmam a identidade cultural e racial. Firmin e Kusch buscam emancipar sujeitos historicamente marginalizados, abrindo espaço para narrativas e filosofias que rompem com as lógicas coloniais.

Nesse âmbito, Arroyo (2023) afirma que as vidas subalternizadas não apenas resistem, elas reexistem, criando cultura, sentido e formas próprias de dignidade. O termo (re)existir

ultrapassa a ideia de mera resistência, implica recriar modos de ser, saber e viver a partir de matrizes historicamente silenciadas. Desse modo, ele denuncia que essas vidas são tratadas como “vidas precarizadas”, marcadas por estigmas sociais que atravessam todos os espaços sociais.

A concepção das vidas (re)existe na visão de Arroyo (2023) associa-se ao encontro “Vozes de Mulheres nas tessituras de filosofias afrorreferenciadas: perspectivas ancestrais de curas e encantos” que tematiza sobre produção intelectual de mulheres afrodescendente, na busca pela valorização da ancestralidade e experiências da comunidade.

Pois, a filosofia afrorreferenciada, de base Latino-América Africana, propõe um olhar reflexivo para o que a universidade tem produzido intelectualmente sobre Decolonialidade e Pós-Colonialidade e como têm sido recebida e valorizada esta produção, tanto quanto o reconhecimento de intelectuais de discursos e identidades afrodescentralizadas.

Os dois encontros proporcionaram uma visão interseccional sobre os modos de produção de subjetividade em face a mão hegemônica da Colonialidade, investigando como estes moldes podem ser subvertidos diante de vozes insubmissas, (re)existentes e provocadoras do *status quo*. As provações fazem um convite a contemplar o horizonte, a paralisar-se diante do piloto automático da época do consumo e desejos insaciáveis, é um desafio a educar o olhar para o avesso, na perspectiva do direito à vida digna aos precarizados, a encontra-se nos saberes ancestrais advindos da natureza e sua na partilha. Afazeres necessários à formação enquanto seres humanos (humanos) e pesquisadores(as) comprometidos(as) e éticos(as) com o que nos evoca a natureza.

A formação humana e intelectual nos instiga a pensar na viabilização dos Direitos Humanos das vidas marginalizadas. De tal modo, o subtópico seguinte versa sobre um ponto crucial para o debate político sobre a Justiça e as Epistemologias Insubmissas, com questões acerca da construção de curricular do Ensino de Direito, frente às bases eurocêntricas coloniais, com a inclusão de representações e discursos acadêmicos decoloniais. Além de questionar a predominância de ações de cunho cristã e discriminação de religiões de matrizes africanas e indígenas no Cárcere.

Justiça e epistemologia insubmissa... ou... “20 palavras girando ao redor do sol”

As normas jurídicas regem a civilização, organizam toda a sociedade global. Nesse ínterim, embora apresente-se como universal, o Direito brasileiro foi historicamente estruturado a partir de matrizes coloniais, a base jurídica permanece essencialmente eurocêntrica, reproduzindo hierarquias e desigualdades herdadas do colonialismo. Assim, o

encontro sobre “*Afropensamento e Ensino do Direito*” teve seu olhar voltado à necessidade de um Direito comprometido com a pluralidade epistemológica, com a memória histórica e com a reparação das desigualdades estruturais produzidas pela colonialidade.

Paralelamente, o professor ministrante destacou a inclusão de autores africanos e afrodiáspóricos nos currículos jurídicos como um passo fundamental para a construção de um Direito que não apenas reconheça a pluralidade de saberes, mas que se orienta por princípios verdadeiramente emancipatórios e democráticos, capazes de subverter padrões históricos de exclusão.

Análogo ao campo de estudo, o encontro “*Laicidade e Liberdade Religiosa no Cárcere*” obteve como foco de problematização a discriminação de religiões de matrizes africanas e indígenas no acesso ao Cárcere, tendo sido observado, pelo palestrante, o desequilíbrio em relação às religiões cristãs, sendo a condutora da maior parte de atividades religiosas do sistema prisional. Nas discussões ressaltou que tal aspecto fere a laicidade do Estado e compromete a diversidade religiosa presente no Brasil. Desse modo, observa-se como a espiritualidade também é um direito associado à justiça, pois ainda há resquícios da colonialidade no controle das subjetividades em cárcere.

Em dispare, o próximo tópico denota os aspectos base para o princípio de liberdade e emancipação do sujeito, a Educação como um componente vivo da formação social humana, através dos Saberes Decoloniais como exercício pleno de autenticidade, existência e valorização da diversidade cultural.

Resistência dos Saberes Decoloniais nos Currículos: Uma condição para contemplar a(s) Vida(s) nos espaços formais de Educação

O olhar para a educação nos possibilita uma mudança de lente, um repensar para vida. Vida esta marcada por estigmas sociais provenientes da colonialidade, os quais são acentuados pelos palestrantes. Nesse âmbito, a escritora, professora e intelectual negra, bell hooks (2017), escreve a obra literária “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade”, com o intuito de mostrar os limites impostos desde a colonização racista e os efeitos da dominação, sobretudo no âmbito institucional.

Nesse sentido, sua reflexão não apenas denuncia os efeitos persistentes da colonialidade no âmbito institucional, mas também propõe uma pedagogia crítica e engajada, orientada pela prática da liberdade e pela transgressão das fronteiras impostas pelos sistemas hegemônicos de poder. Essa perspectiva encontra ressonância no encontro, intitulado

“Feminismo Negro, Saúde Mental e Formação Profissional Antirracista”, no qual as facilitadoras propõem um debate que articula as contribuições do feminismo negro às práticas e processos de formação profissional. Ao situar a saúde mental como campo atravessado por determinantes históricos, raciais e de gênero, o encontro amplia a compreensão das violências estruturais que incidem sobre corpos e subjetividades negras, evidenciando a urgência de práticas institucionais antirracistas e eticamente comprometidas com a transformação social.

Ao situar a educação como espaço simultaneamente de reprodução e de contestação das desigualdades, hooks (2017) explicita os mecanismos pelos quais as instituições educacionais tendem a legitimar hierarquias sociais e epistemológicas, silenciando saberes populares e experiências subalternizadas e afirma que os contextos escolares precisam de um diálogo consistente com a concepção de educação como prática emancipatória, na qual o processo formativo deixa de ser mero instrumento de reprodução social para se constituir como horizonte de resistência, conscientização e reconfiguração das estruturas de poder.

O encontro *“África na Escola, Didática e o Currículo Afro-indígena referenciado desde a formação de professores(as)”* ressaltou a importância de repensar as práticas pedagógicas dentro da escola começando pela formação docente em uma visão decolonial, pois é importante abrir um diálogo sobre diversidade étnico-racial, estudar autores afroindígenas e uma visão crítica e inclusiva do currículo.

As aulas intituladas *“Relações Étnico-Raciais na Educação em Ciências da Natureza”* e *“A Educação para as Relações Étnico-Raciais no Ensino de Ciências: contribuições Teóricas e Práticas para os campos em questão”* abordaram, a partir das ideias de Kabengele Munanga, o racismo como uma forma legítima da dominação, discriminação e desigualdade, que advém não de um fundamento biológico, mas um processo sócio-histórico da noção de raça. Desse modo, foram analisados os impactos dos movimentos sociais antirracistas e apresentada a conceituação de Educação para as Relações Étnico-Raciais, frente às ações políticas e educacionais de enfrentamento, com base nas epistemologias do sul e interculturalidade crítica.

O encontro *“Epistemologias do Saber nas Ciências Humanas: um enfoque decolonial”*, toma como enfoque o pensamento decolonial no ensino de história e o conceito de transmodernidade, a fim transcender as imposições coloniais a partir de um autêntico diálogo fronteiriço e intercultural. As palestrantes nos levaram a questionar e conhecer novas terminologias: Quem pode ser o outro? Como olhar para o mundo além das formas? A educação de terreiro, um lugar de memórias, palavras, oralidade e luta. De modo que

concluíram que a minoria precisa estar no currículo e reconhecer as múltiplas verdades, pois é preciso contar nossa própria história para evidenciarmos nossa singularidade, ancestralidade e culturalidade.

Considerações Finais

Diante do exposto, essa vivência evidenciou que contemplar a(s) vida(s) em sua pluralidade implica reconhecer múltiplas existências e histórias. Não se trata apenas de falar sobre diversidade, é preciso problematizar as diferenças e desconstruir-se do centro epistêmico colonial que privilegiou as perspectivas eurocêntricas para assim ter um olhar sensível e uma escuta ativa às vozes historicamente silenciadas.

Ao articular narrativas filosóficas-epistemológicas decolonias, Direitos Humanos e Justiça em perspectivas contra-hegemônicas, bem como a Educação Decolonial nos currículos e nas práticas didáticas, a iniciativa reafirma a centralidade das bases Latino-AmeAfricanas na produção de conhecimento comprometido com a mudança. Logo, a resistência dos saberes decoloniais nos currículos é um passo fundamental para um caminho de educação e emancipação. Ela exige coragem institucional e compromisso democrático. Mais do que uma tendência teórica, trata-se de um movimento ético de reexistência, no qual ensinar e aprender tornam-se atos de reconhecimento, dignidade e transformação social.

Conclui-se que o projeto/curso de extensão intitulado “Discussões Decoloniais e Bases Teóricas Latino-AmeAfricanas às Pesquisas Científicas na Graduação” consolidou-se como um território de construção coletiva do saber, no qual a perspectiva decolonial não foi apenas objeto de estudo, mas também método de escuta, problematização e produção compartilhada de conhecimento.

Palavras-chave: Decolonialidade; Pesquisa na Graduação; Extensão Universitária.

Referências:

ARROYO, Miguel G. **Vidas Re-Existentes: Reafirmando sua outra humanidade na história.** São Paulo: Vozes, 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.